

**ANÁLISE DE CONJUNTURA:  
CONSTRUIR A UNIDADE E ENFRENTAR A CRISE**

É numa conjuntura desafiadora para o sindicalismo combativo, marcada pela mais séria crise do sistema capitalista internacional desde a Grande Depressão deflagrada em 1929 nos EUA, que se realiza o VII CONATEE. A crise resulta das contradições inerentes ao processo de produção e reprodução da sociedade capitalista, agravadas ao longo dos anos pelos déficits da economia estadunidense. Nós, trabalhadores, não somos culpados por ela. Mas, somos os que mais padecem dos seus dramáticos efeitos sociais, sendo duramente castigados pelo processo de demissões em massa, promovido, no mais das vezes, de maneira arbitrária pelos capitalistas; pela perda da renda e das habitações; pelo arrocho dos salários; pela redução e flexibilização dos direitos sociais. Em todo o mundo, os trabalhadores se manifestam exigindo, declarando, gritando que “não vamos pagar por esta crise”. Infelizmente, em todo o mundo, o que está acontecendo é que os trabalhadores são justamente os que mais pagam pela crise. Relatórios da ONU estimam que mais de 50 milhões de trabalhadores irão perder seu emprego. A mesma ONU que acaba de admitir a existência de mais de um bilhão de famintos. UM BILHÃO! Isso significa que pelo menos um sexto da humanidade vive na miséria. Isso é o que o sistema capitalista conseguiu produzir em duzentos anos de história.

A recessão teve início nos Estados Unidos, no final de 2007. Foi de lá exportada, contagiou o resto do planeta e se transformou na crise mais global e sincronizada da história. Ao mesmo tempo em que desperta nas classes trabalhadoras, nas forças progressistas e no sindicalismo a necessidade de lutar por medidas emergenciais em prol do crescimento, em defesa do emprego, da renda e dos direitos, as turbulências que perturbam a economia mundial evidenciam o esgotamento do capitalismo neoliberal e a perversidade da ordem imperialista. Colocam na ordem do dia, por consequência, a luta social e política por sua superação, ou seja, por novos modelos de desenvolvimento nacional, alternativos e antagônicos ao neoliberalismo, orientados na direção do socialismo.

A depressão afeta de forma desigual as nações e continentes. Nos países mais ricos, onde avultam os problemas sociais e os conflitos de classes, os governos, a serviço dos grandes capitalistas, adotam medidas desesperadas e radicais para salvar o sistema. Ignorando cinicamente as receitas neoliberais e a responsabilidade fiscal que advogam para os mais pobres, comprometem trilhões de dólares dos contribuintes em operações de resgate de bancos e grandes empresas, incorrendo em déficits colossais e contraindo futuras crises fiscais. Para os integrantes das classes trabalhadoras, os que mais sofrem, sobram migalhas e muita demagogia, o que desperta justa indignação e revolta popular.

As potências capitalistas também manobram para transferir o custo da crise às economias mais frágeis e dependentes da periferia. É nesse sentido que procuram ressuscitar instituições decadentes e desacreditadas como o FMI e o Banco Mundial, cujas intervenções, feitas a pretexto de socorrer nações endividadadas, continuam voltadas fundamentalmente para o objetivo de viabilizar o pagamento das dívidas externas e evitar maiores prejuízos à banca internacional. As transnacionais intensificaram a transferência de lucros e dividendos às matrizes. E os EUA, certamente, vão financiar com recursos externos ou inflação o crescente rombo nas contas públicas (de quase US\$ 2 trilhões neste ano) que estão produzindo com o intuito de impedir o colapso completo do seu corrompido sistema financeiro.

Observa-se, na América Latina, um crescente movimento de mudanças e de reafirmação da soberania das nações. Ressurge com mais força um processo de integração continental. A América Latina e o Caribe se reuniram por autoconvocação, pela primeira vez, em dezembro de 2008, na Cúpula América Latina Caribe, em Salvador. Criou-se, na ocasião, terreno fértil para se exigir na Cúpula das Américas, de forma uníssona, o fim do nefasto bloqueio norte americano a Cuba. O povo latino americano vem demonstrando sua disposição de lutar por profundas mudanças em seus países e no cenário internacional.

Reagindo a esses avanços, o governo estadunidense articula e desfeca golpes na tentativa de manter sua hegemonia. Repudiável fato aconteceu recentemente em Honduras; as forças reacionárias, apoiadas material e intelectualmente pelos falcões estadunidenses, arrancaram do poder o governo legitimamente eleito, expulsaram do país seu presidente e assassinam os que opõem resistência à ditadura instalada.

## **GARANTIA DE EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO**

Os Estados capitalistas revelam-se impotentes frente à recessão, que parece indiferente às intervenções governamentais e não cede. A contrapartida lógica da queda da produção no capitalismo é o avanço impiedoso e avassalador do desemprego. Nos EUA, desde setembro de

2008, cerca de 600 mil postos de trabalho são destruídos a cada mês. Em março já existiam mais de 13 milhões de desocupados, número que deve crescer consideravelmente até o final deste ano. Muitos perderam, junto com o emprego, as casas, engrossando a população de sem-teto, que mora nas ruas e no interior dos carros e estacionamentos enquanto milhares de residências, retomadas pelos bancos através de execuções hipotecárias, permanecem vazias e sem compradores. De um lado, há excesso de casas vazias, ociosas e, do outro, cresce a multidão de desabrigados, numa contradição aberrante característica da superprodução capitalista. O governo estadunidense faz um esforço extraordinário e insensato para defender as instituições financeiras, mas lava as mãos diante das injustiças cometidas contra as famílias dos trabalhadores. A Europa segue caminho semelhante; a União Européia é essencialmente uma aliança de caráter monopolista e imperialista, polarizada, sobretudo, pela Alemanha, em que se promovem ataques brutais aos direitos dos trabalhadores e à soberania nacional, onde cobram força as opções militaristas e antidemocráticas.

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) estima que 50 milhões de trabalhadores e trabalhadoras devem engrossar o exército de desempregados no mundo ao longo deste ano, elevando-o a cerca de 240 milhões. Os imigrantes sofrem proporcionalmente bem mais, já que são vítimas da intolerância, da discriminação capitalista no mercado de trabalho e da xenofobia, realimentada pelas dificuldades econômicas. Submetidos a empregos precários, com jornadas extenuantes, baixos salários e ausência de direitos, encabeçam as listas de demissões em massa. No Japão milhares de brasileiros de kasseguis perderam o emprego e foram desalojados, sendo forçados a retornar ao Brasil ou a morar debaixo dos viadutos, merecendo do governo capitalista (que destinou centenas de bilhões de dólares aos bancos e grandes empresas) uma “ajuda” para deixar o país que foi interpretada pelos trabalhadores como uma oferta de deportação, a título de misericórdia.

As classes trabalhadoras, seus representantes e organizações não se limitam a contemplar esses acontecimentos com indiferença. Reagem com maior ou menor vigor nos diferentes países em defesa de seus interesses. Geralmente sob a liderança dos sindicatos e partidos de esquerda, milhões de trabalhadores e trabalhadoras vêm sendo mobilizados em greves, manifestações de rua e ocupação de empresas, nas quais clamam e lutam para que se faça justiça, para que o ônus da crise seja descarregado sobre as costas dos ricos capitalistas, que, afinal, são responsáveis por ela, e que as famílias operárias sejam poupadas de novos e maiores sofrimentos.

Sinais de intensificação das lutas sociais são visíveis em todos os continentes. Cabe destacar a greve geral e passeatas que levaram mais de 3 milhões de franceses às ruas no dia 19 de março; a mobilização de 200 mil em Lisboa (13-3); o exitoso 1º de Abril - Dia Internacional de Luta pelos

Direitos Trabalhistas e Contra a Exploração, convocado pela FSM (Federação Sindical Mundial), marcado por atos públicos e greves em mais de 45 países; o 30 de março no Brasil.

O movimento sindical tem desempenhado um papel de destaque nessas lutas, apesar de suas notórias debilidades. A unidade potencializa sua força, como demonstra o exemplo da França, onde as oito centrais caminharam juntas na greve geral, que, por esta e outras razões, foi apoiada por 79% da população e, pela primeira vez em muitos anos, realizaram-se manifestações unitárias no 1º de Maio, reunindo cerca de 2 milhões de pessoas; bem como o do Brasil, onde a mobilização conjunta das centrais e movimentos sociais envolveu dezenas de milhares em São Paulo e nos demais Estados dia 30-3.

A crise cria a oportunidade de um protagonismo maior das classes trabalhadoras e do sindicalismo nas lutas políticas nacionais, tanto em seus desdobramentos imediatos quanto futuros, na medida em que exige uma mobilização imediata em defesa do emprego e, ao mesmo tempo, coloca em questão as políticas neoliberais, os modelos econômicos hegemônicos e, em perspectiva, o próprio capitalismo, que ainda não esgotou suas possibilidades de reafirmação. Por isso, exige-nos também a luta contínua contra o capital e suas formas de exploração.

O desafio que se coloca para o sindicalismo e as forças políticas identificadas com os interesses das classes trabalhadoras, neste momento, é consolidar e ampliar a unidade alcançada e intensificar a mobilização e as lutas em defesa do emprego, dos salários e dos direitos, interligando-as com a batalha por transformações políticas mais profundas, por um novo projeto de desenvolvimento e pelo socialismo.

### **UMA CONJUNTURA QUE REAFIRMA O SOCIALISMO**

O capitalismo não pode evitar as crises e, nos marcos desse sistema de exploração e opressão humana, as saídas para perturbações econômicas da espécie atual não são progressistas, bastando lembrar a este respeito que a depressão americana que atravessou os anos 1930 desembocou, em 1939, na 2ª Guerra Mundial. É hora, portanto, de revigorar a propaganda do socialismo. A CONTEE contempla entre seus princípios e objetivos estratégicos a luta pelo socialismo; uma bandeira que também está estreitamente associada à luta pela paz e contra o imperialismo, por uma nova ordem econômica e política mundial, baseada na solidariedade, no respeito à autodeterminação das nações e na solução pacífica dos conflitos entre os povos.

A crise do capitalismo não é apenas econômica, é também uma crise ideológica. Presenciamos a desmoralização e, quem sabe, a derrota do neoliberalismo no plano das ideias, mas isso não é necessariamente uma verdade no plano político. A suposição de que o mercado é dotado de racionalidade e capacidade intrínseca de auto-regulação revelou-se falsa, foi desmentida pelos

fatos. A história está dando razão aos críticos do capitalismo. Isso não significa que as classes dominantes e as potências imperialistas abrirão mão dos seus interesses e entregarão de mãos beijadas o poder. Para transformar a derrota ideológica do neoliberalismo em vitória política das classes trabalhadoras e seus aliados, será imprescindível muita mobilização e luta para alterar a correlação de forças, que ainda hoje é francamente favorável ao capital.

Nas atuais circunstâncias, cresce também a necessidade de reforçar os laços de solidariedade internacional entre os trabalhadores e trabalhadoras. Nesse caminho, a CONTEE deve contribuir para o fortalecimento e ampliação da unidade no campo mais avançado e progressista do movimento sindical mundial. A CONTEE deve também se solidarizar aos assalariados de todo o mundo que estão sofrendo os efeitos da crise capitalista, denunciar e repudiar a xenofobia e a discriminação de imigrantes, cobrarem respeito e proteção social aos brasileiros de kasseguis no Japão.

## **CONJUNTURA NACIONAL**

Embora em melhor situação que noutros momentos da história, ancorada em reservas superiores a US\$ 200 bilhões, a economia brasileira não ficou à margem da recessão exportada pelos EUA. O ciclo de expansão do PIB chegou ao auge no primeiro semestre de 2008 (com a taxa de crescimento alcançando 6% e o emprego formal evoluindo em ritmo compatível), mas foi subitamente interrompido no último trimestre do ano, quando a produção encolheu 3,8% e as empresas começaram a demitir.

Os patrões intensificaram sua ofensiva contra as classes trabalhadoras, pretextando dificuldades reais ou artificiais para impor acordos com redução de salários e flexibilização de direitos, além de dispensas arbitrárias que resultaram na destruição de centenas de milhares de postos de trabalho na cidade e no campo e elevação da taxa de desemprego. O clima das campanhas salariais em 2009 ficou nublado para os sindicatos. As modestas conquistas obtidas nos últimos anos, incluindo aumentos reais que infelizmente não acompanharam o avanço da produtividade do trabalho e, no caso do setor privado de ensino, não acompanharam as altíssimas taxas de lucro, estão agora sob ameaça.

O governo Lula não seguiu as políticas que tradicionalmente eram impostas ao Brasil e à América Latina em momentos como este. Desprezou as dietas recessivas do FMI e, em vez de arrocho fiscal, ampliou os gastos e investimentos públicos, manteve o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), pressionou pela redução (ainda que tímida) dos juros básicos, assim como do “spread” bancário, sem, nesse caso, alcançar o resultado necessário, lançou um programa de

habitação popular (com a meta de produzir 1 milhão de novas residências), fortaleceu os bancos públicos, buscou ampliar o crédito e adotou outras medidas de estímulo à economia.

São iniciativas positivas, mas insuficientes para garantir o emprego e sustentar o crescimento. A política macroeconômica ainda mantém um forte viés neoliberal nas áreas monetária (com excessiva autonomia para o Banco Central, cujo presidente serve aos interesses da oligarquia financeira); fiscal (restringida pelo superávit requerido pelo pagamento de juros extorsivos), assim como câmbio e balanço de pagamentos (câmbio flutuante, liberalidade na remessa de lucros e fluxo de capitais). O governo também deixa a desejar quando não condicionam o socorro de linhas de crédito a empresas a contrapartidas sociais como a manutenção e ampliação do nível de emprego.

## **DESENVOLVIMENTO COM VALORIZAÇÃO DO TRABALHO**

Historicamente a CONTEE defende a mobilização, resistência e luta das classes trabalhadoras em defesa do emprego, dos salários e dos direitos sociais. Lutamos contra a redução de salários e flexibilização de direitos e reivindicamos dos poderes públicos, especialmente do governo Lula, medidas urgentes em prol dos trabalhadores e da economia nacional. Participamos dos fóruns e Conferências da educação e incluímos nossa Confederação no rol das entidades com poder de influência nas políticas nacionais.

Com o intuito de elevar o protagonismo dos trabalhadores, a CONTEE deverá propor às Centrais a realização de um fórum, reunindo representantes das centrais, confederações, federações, sindicatos e respectivas bases e movimentos. O objetivo é definir uma agenda de ações e lutas conjuntas, bem como uma plataforma unitária das classes trabalhadoras, tendo em vista a disputa política e de projetos nas eleições de 2010.

O fracasso dos modelos neoliberais realça a necessidade de mudanças políticas e sociais mais profundas no Brasil e no mundo, trazendo à ordem do dia a luta por um novo projeto de desenvolvimento nacional, com soberania e valorização do trabalho.

Inequívoca também é a necessidade de imediata implementação de uma política educacional que dê sustentação ao desenvolvimento soberano.

A própria experiência histórica revela que a valorização do trabalho, além de responder a uma justa demanda social, é um caminho eficaz, do ponto de vista econômico, para fortalecer o mercado interno, expandindo o consumo das massas, estimulando o comércio e, por consequência, a produção. O aumento real do salário mínimo, associado ao Bolsa Família, a elevação do nível de emprego e da massa salarial não só contribuíram decisivamente para o

crescimento do PIB nos últimos anos, como também suavizaram os efeitos da crise no Brasil. Algumas destas são medidas paliativas que não levam à superação desse modelo econômico que ainda privilegia a concentração de riquezas e o capital especulativo. A recessão aqui não é tão severa quanto nos EUA, Europa (especialmente os países do leste, atolados em dívidas externas) e Japão, graças ao fortalecimento do mercado doméstico propiciado pela valorização do trabalho, conforme reconhecem muitas autoridades e economistas.

Ao contrário do que supõe a ideologia neoliberal, que faz apologia da depreciação dos salários e direitos, as bandeiras do trabalho são, em si, bandeiras do desenvolvimento. O novo projeto de nação deve enfatizar o combate às desigualdades sociais e a todos os tipos de discriminação, assim como o respeito ao meio ambiente.

## **O ESTADO E AS REFORMAS ESTRUTURAIS**

A crise tem a virtude de realçar a necessidade de fortalecer o Estado nacional numa perspectiva popular, conferindo-lhe um novo papel, em oposição à falsa idéia de Estado mínimo neoliberal. É imperioso ampliar a regulação e o controle do chamado mercado, caminhar para a estatização do sistema financeiro, ampliar os gastos e investimentos públicos, priorizando obras de infra-estrutura, a educação e o SUS, criar novas estatais, universalizar os serviços e políticas públicas, os direitos sociais, os benefícios da Previdência, valorizar o funcionalismo, revogar a Lei de Responsabilidade Fiscal, acabar com a lógica do superávit primário e cortar substancialmente as despesas com juros.

Ao mesmo tempo em que batalha pelas reivindicações específicas das categorias que representa, a CONTEE deve apresentar propostas de políticas públicas para educação, previdência, saúde e trabalho, além de exigir mais verbas para atender às demandas sociais, o que também pressupõe maior intervenção do Estado na economia.

A necessidade de uma reforma educacional progressista, ancorada no ensino público e gratuito, não deve ser postergada. A educação desempenha um papel estratégico insubstituível no desenvolvimento das nações nos planos econômicos, político e ideológico. Reconhecendo esse papel, o projeto da CONTEE para a nação deve intensificar a histórica luta pela educação pública e gratuita de qualidade socialmente referenciada voltada para o interesse do povo em todos os níveis, combatendo a transformação da educação em mercadoria e lutando também por medidas específicas que visem à elevação do grau de escolaridade das classes trabalhadoras brasileiras em curto e médio prazo. A luta pela regulamentação do setor privado de ensino, subordinando o interesse privado ao público, deve continuar sem tréguas ou vacilações.

A educação e, especialmente, os investimentos em ciência, pesquisa e tecnologia, é que vão determinar o padrão relativo da produtividade do trabalho nacional e serão fundamentais para atualizar o aparelho produtivo, capacitando-o a acompanhar os avanços dos países que estão na fronteira do progresso técnico. O novo modelo de desenvolvimento deve promover a produção de bens e serviços de maior valor agregado e alto conteúdo tecnológico, o que não ocorrerá sem um sensível aumento dos investimentos (estatais, principalmente) em educação, ciência, tecnologia e pesquisas. Nesse sentido, o Estado também deve promover as condições para que os jovens possam ingressar no mercado do trabalho somente após a conclusão do ensino superior. O crescimento das forças produtivas na atualidade pressupõe, a cada dia mais, o desenvolvimento de sua componente mais dinâmica, a força de trabalho ou, em outras palavras, o desenvolvimento subjetivo, observando seu contexto cultural e desenvolvendo suas capacidades criativa e crítica, melhorando sua condição humana.

É fundamental avançar na reforma agrária, associada a medidas que assegurem educação, qualificação profissional, cultura, lazer, assistência técnica, desenvolvimento da agroindústria nos assentamentos e fortalecimento da agricultura familiar, bem como medidas para garantir a soberania alimentar e energética.

Cabe também salientar a necessidade de uma profunda reforma urbana, com ênfase no enfrentamento do déficit habitacional e construção de moradias populares, transportes públicos e eficientes; de uma reforma política democrática, sem cláusulas de barreira, com voto proporcional em lista partidária e financiamento público de campanha para coibir a corrupção e a influência deletéria do poder econômico; uma reforma tributária progressiva, fundada prioritariamente sobre tributos diretos, imposto sobre as grandes fortunas, desoneração do trabalho e maior taxaço do capital e da grande propriedade rural, dos lucros financeiros e das remessas de lucros e dividendos ao exterior.

O pleno emprego deve ser transformado em meta do Estado nacional, compreendendo medidas emergenciais para combater o desemprego, inclusive abertura de frentes de trabalho ligadas a obras de infra-estrutura; a redução constitucional da jornada de trabalho sem redução de salários; o condicionamento dos favores públicos concedidos às empresas (fiscais, créditos ou de outra natureza) a contrapartidas sociais como manutenção e ampliação do emprego e respeito aos direitos sociais.

Os capitalistas promovem demissões em massa (como na Embraer, entre outras empresas) com o único propósito de fazer reestruturações em defesa do próprio capital. A restrição das perversas práticas patronais nesse terreno passa pela ratificação e aplicação da Convenção 158 da OIT, a aprovação de lei complementar que garanta uma “relação de emprego protegida contra despedida



arbitrária ou sem justa causa”, preconizada pela Constituição (Art. 7º, I), assim como a “proteção em face da automação” ((Art. 7º, XXVII) e a proibição imediata das demissões em massa). A luta para alcançar esses objetivos é prioritária.

Integra igualmente a agenda de valorização do trabalho, que compreende objetivos táticos e estratégicos, o fim do odioso fator previdenciário. A CONTEE mantém sua posição contrária ao fator previdenciário e defende a luta por uma política de reajuste das aposentadorias com a recomposição do percentual de 16,67%, já aprovado no Senado Federal. Essa posição é, portanto, contrária ao acordo firmado entre o governo e as centrais sindicais. Também integra essa agenda a proibição da terceirização, a aprovação da lei de recuperação e aumento real permanente do salário mínimo.

O projeto de desenvolvimento com soberania e valorização do trabalho pode abrir caminho para transformações sociais ainda mais profundas na medida em que for conquistado, descortinando um horizonte anticapitalista e antiimperialista; um futuro socialista, sem opressão nacional, sem guerras, sem exploração de classes, sem discriminações, sem desemprego.

**Além daquelas já arroladas acima, propomos:**

- Apoio às políticas de integração da América Latina e Caribe que visem à soberania e à emancipação dos povos;
- Repúdio e denúncia à intervenção imperialista na América Latina e Caribe, exigindo a retirada da IV Frota e a efetiva condenação do golpe em Honduras;
- Retirada das tropas brasileiras do Haiti;
- Repúdio à instalação de bases norte-americanas na Colômbia;
- A defesa da garantia de emprego e proibição de demissões sem justa causa;
- Consideração, para efeito de cálculo do provento de aposentadoria, a soma de todos os salários de contribuição, em igualdade de condições, sem que haja prevalência de uma sobre a outra;
- Empenho de todos os esforços pela revogação do parágrafo segundo do Artigo 114 da emenda 45;

- Fim do superávit primário e revogação da LRF, com ampliação dos investimentos em obras de infra-estrutura e em políticas sociais;
- Luta contra a política macroeconômica, bem como pela revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Ampliação e fortalecimento da Previdência Pública e Solidária, com o fim do Fator Previdenciário;
- Associação da luta pelo fortalecimento da previdência social à luta pelo aperfeiçoamento do sistema público de saúde;
- Restituição à nação do que foi privatizado, com a reestatização da Vale, da Embraer e readmissão dos demitidos;
- Anulação dos leilões do petróleo e garantia de que a riqueza do Pré-Sal não seja entregue às multinacionais e apoio à campanha da FUP por uma Petrobras 100% Estatal;
- Luta pela garantia de que, na construção do marco regulatório para exploração do Pré-sal, parte substancial dos recursos seja destinada para as áreas de educação e saúde e não entregue às multinacionais;
- Auditoria da Dívida Pública (externa e interna), como fazem Equador, Bolívia, Venezuela e Paraguai;
- Controle da remessa de lucros das multinacionais e da fuga de capitais;
- Mais avanços na Reforma Agrária, em unidade com o MST e outros movimentos, na cobrança de assentamentos e de crédito para a pequena agricultura familiar com atualização do índice de produtividade e limite de propriedade de terras;
- Luta contra a privatização da Amazônia, contra a Lei número 11.952/2009, que resultou da conversão da Medida Provisória nº 458/2009 que regulamenta e dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas de União, no âmbito da Amazônia Legal (grilagem), e pela defesa do meio ambiente;

-Luta em defesa do patrimônio ambiental, contra a privatização dos recursos naturais e por uma urgente mudança na matriz energética;

- Garantia imediata do direito à licença-maternidade de 6 meses a todas as trabalhadoras do país;

- Ampliação e consolidação da luta por ações em favor da igualdade racial e contra o racismo, sexismo, machismo na sociedade, em particular no campo do magistério;

- Busca de se fazer representar junto a fóruns governamentais e não governamentais de políticas para mulheres, anti-racistas, de combate à homofobia e lesbiofobia;

- Afirmação de compromissos de luta que visem combater todo tipo de preconceito, discriminação com a relação à cor, orientação sexual, de idade de credo, fortalecendo os direitos constitucionais;

- Redução da jornada de trabalho de 44 para 40h semanais, sem redução de salário;

- Garantia de implantação e avanços no Plano de Cargos, Carreira e Salários no setor privado de ensino;

- Mudança no IRPF, com base nos estudos do IPEA;

- Reforma tributária progressiva, fundada prioritariamente sobre tributos diretos, imposto sobre as grandes fortunas, desoneração do trabalho e maior taxaçoão do capital e da grande propriedade rural, dos lucros financeiros e das remessas de lucros e dividendos ao exterior;

- Impedimento à desnacionalização da educação;

- Apoio e participação na luta pela democratização da comunicação;

- Fortalecimento da CEA e da CPLP-SE;

- Filiação à FISE, à IE e a outras organizações educacionais internacionais que lutem pela emancipação dos povos e por uma educação socialmente referenciada.

---

Setor de Rádio e TV Sul Qd. 701, Edifício Assis Chateaubriand, Bloco 2, Sala 436

CEP: 70.340-906 – Brasília – DF

Tel.:(61)3223-2194 - Fax: (61)3226-1278